

Bancos recomendam que Brasil renegocie em setembro

CECILIA PLESE
Correspondente

São Paulo — O vice-presidente do Citibank no Brasil, Alcides Amaral, afirmou, em São Paulo, que o momento certo para o País sentar-se à mesa com seus credores e iniciar uma nova rodada de negociações de sua dívida externa será o que suceder à reunião do FMI, marcada para o próximo mês de setembro. Somente então, disse ele, poder-se-á ter uma idéia melhor do quadro internacional e das previsões, a curto e médio prazos, da evolução das taxas de juros. Embora as informações disponíveis indiquem que a tendência imediata dessas taxas é altista, ele espera que a partir de 1985 haja uma reversão.

Diante disso, acrescentou, é ainda um pouco prematuro pensar ou arriscar as formas pelas quais essa renegociação ocorrerá — se através de um novo Jumbo, de capitalização parcial dos juros ou de fixação de um teto para eles. Assinalando que esse tipo de discussão por enquanto não está em pauta — “o próprio presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, disse que ela é irrelevante —, o vice-presidente do maior banco credor do País observou que, “nesse instante, estão sendo feitos diversos estudos em todas as linhas para se verificar qual a melhor alternativa para o País”.

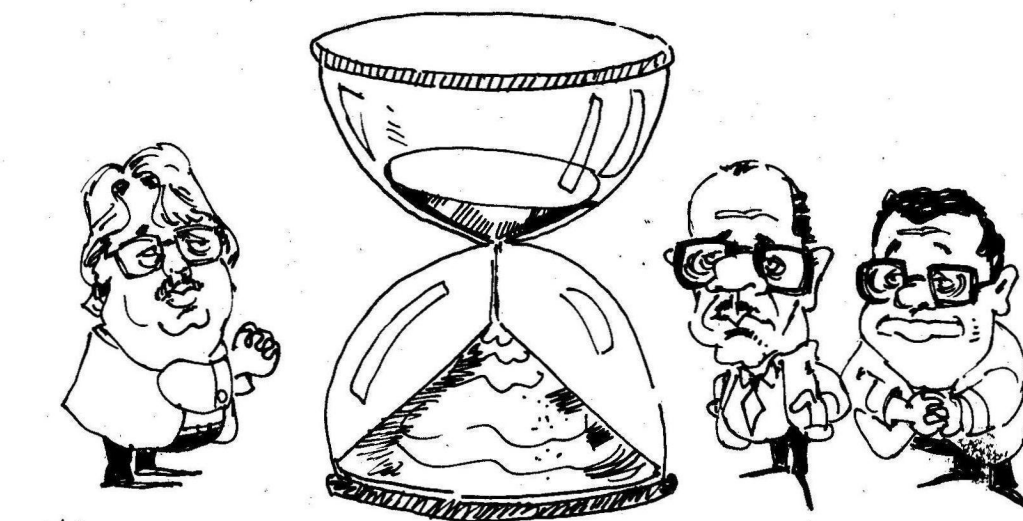
Uma coisa, porém, ele faz questão de enfatizar: a performance do Brasil nos últimos dois anos colocou-o numa situação extremamente encorajadora, vantajosa, e as autoridades internacionais saberão reconhecer isto. Assim, ele não tem dúvidas de que o Brasil será aquinhado nesta etapa com melhores condições de renegociação. “Ele provou que tem possibilidades de se ajustar, de fazer com que o balanço de pagamentos mostrasse resultados inimagináveis no passado. Nem eu, nem qualquer outro brasileiro poderia acreditar que em 84 o País apresentaria um superávit de 10 bilhões de dólares, mas os números estão aí”, acentuou. E com as notícias de que os preços do petróleo não subirão, tudo leva a crer que a situação da balança comercial em 85 será mais positiva ainda.

Do seu ponto de vista, a palavra moratória está totalmente

descartada. Por isso, a tese de que o Brasil teria meios de proceder a um ajuste pouco traumático se se resolvesse a decretá-la, em razão de ser agora pouco dependente das importações, perde relevância. “O País não precisa de moratória. É suficientemente adulto para gerenciar sua dívida, o que, aliás, vem fazendo de maneira perfeita, sem reparos, ultimamente”. De qualquer modo, analisa ele, “não vejo como ele possa se fechar ao mundo. Ele já é e está destinado a continuar sendo uma grande potência. Na área energética, seus esforços deveriam se constituir em exemplo para as outras nações. Mas querer isolar-se do mercado internacional não seria o melhor caminho. Pelo menos, não o que eu recomendaria”.

Em termos de filosofia bancária, reconheceu Amaral, um banco só é sadio quando sua clientela — pessoa física, jurídica ou país — for sadia. “Não faz sentido para o sistema financeiro — esclareceu — criar condições que seus clientes não possam cumprir”. Ao analisar o caso do Continental Illinois, Amaral classificou-o como “um episódio que realmente criou um abalo no sistema americano e as autoridades tiveram que socorrê-lo”. Essa proteção foi muito bem recebida pelos demais bancos, uma vez que, se o problema do Continental não fosse solucionado, “seus efeitos em cascata poderiam ser desastrosos para todos”. Alcides Amaral destacou que sempre que os governos interferem nas negociações, delas participando ativamente, suas condições tendem a ser muito mais favoráveis. “Esse é o caminho”, assinalou, embora reconheça que até agora todas as negociações relativas a endividamento externo foram conduzidas diretamente pelos bancos comerciais “porque o governo americano não teve nenhum envolvimento nos empréstimos que os bancos fizeram aos países, ao longo dos últimos anos”.

O vice-presidente do Citibank vê com “bons olhos essa aproximação política, que enseja oportunidades melhores”. Elogiou o trabalho que o Governo brasileiro vem desenvolvendo nesse sentido e acrescentou que o FMI não deve inspirar receio porque “ele não pretende, por filosofia, ficar tutelando um país a vida inteira”. Na medida em que os países dão provas de



que podem se movimentar por si, o Fundo desaparece, explicou, e pelas respostas que as nações que a ele recorreram têm dado, Amaral espera que “essa permanência do Fundo não deva se estender por muito mais tempo”.

O principal problema do Brasil continua sendo o da inflação, salientou, os orçamentos do Citi estão elaborados com base numa inflação estimada para 84 em 180 por cento, mas ele frisa que as autoridades monetárias estão “tremendamente preocupadas com o assunto, porque uma inflação alta não faz bem para ninguém e deixa a todos mais pobres”. Na última conversa que ele manteve com o ministro da Fazenda, Ernane Galvão, ficou patente o interesse do Governo em fazer com que a curva inflacionária seja decrescente a pressão para o mês de julho, sublinhou, ainda é de alta, esperando-se que a partir de agosto passe a declinar. Entretanto, lembrou, “essa queda não depende apenas da vontade das autoridades monetárias. Toda a sociedade tem que se engajar no processo e oferecer sua parcela de sacrifício, do contrário seus efeitos psicológicos dificilmente serão quebrados”.

Ele não quis comentar o turbado quadro sucessório presidencial do País nem suas implicações para o futuro da renegociação da dívida, por entender que “uma corporação como o Citibank, convidada a permanecer no Brasil, onde se acha há 70 anos, não deve discutir assuntos de ordem política inter-

na”. Mas, ressaltou, não importa quem seja o próximo presidente, pois sempre que prevalecer o bom senso poder-se-á chegar a um acordo. Alcides Amaral recorda que “nós já estivemos em situações muito piores no passado e nunca houve ruptura. Há momento fáceis e difíceis de negociação. Mas nossa experiência nessa área não vem de três anos. Não temos inclinação a sair da esfera de negociação e, nesse aspecto, estamos otimistas”. Ele também fez questão de afirmar que o Citibank veio para ficar no Brasil pelo resto da vida, tanto é que está fazendo maçois investimentos em bens de raiz — construindo prédios novos no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Campinas. “Isso prova a confiança que temos no País e em seu povo. Há cinco anos, o comitê político do banco tinha apenas um representante brasileiro em seu interior. Agora eles são cinco, para um total de 11 membros, declarou.

Essa visão, porém, não é compartilhada por outro segmento de nossos devedores — o dos bancos japoneses. Segundo o vice-presidente do Banco de Tokyo, Tatsuo Hiranuma, ao se iniciar a fase três de negociação da dívida brasileira, os bancos japoneses estão dispostos a manter a mesma política de colaboração com o Governo brasileiro, com a condição de que o sistema atual seja mantido, ou seja, desde que a solução adotada seja a da liberação de um novo Jumbo, com a participação de todos os credores. “Queremos continuar realizando ope-

rações financeiras ortodoxas, como as que hoje estamos fazendo”, assinalou. Mas, admite ele, se o Brasil continuar com um bom desempenho na área de comércio exterior, as condições de financiamento podem ser melhoradas. Para Hiranuma, porém, a tentativa de se capitalizar parte ou o total dos juros do serviço da dívida poderia atrasar a próxima rolagem. Este novo conceito, esclareceu, ainda não foi incorporado pelo setor financeiro do Japão. Para isso, ele precisaria mudar sua filosofia tradicional, o que estaria nas mãos de diversas autoridades ligadas ao problema. Isso complicaria o processo e provocaria retardamentos. O banqueiro salienta que o México já está obtendo propostas melhores em termos de spreads, prazos e bases de juros. Os antecedentes estabelecidos para ele poderão ser estendidos ao Brasil, assegurou, embora não soubesse adiantar em que escala.

Uma coisa, porém, ele deixou claro — todos os bancos e não só os japoneses concordam em que a participação do FMI no processo de renegociação é imprescindível. “É importante manter o sistema atual — declarou — porque a posição dos bancos internacionais não é tão forte quanto há alguns anos. Tanto eles quanto os devedores não têm muitas alternativas e, uma vez quebrado o sistema financeiro, não haveria salvação para ninguém”. O caminho definido pelo FMI pode ser lento, admitiu, mas já é conhecido e de resultados comprovados.

Na opinião de Hiranuma, a concessão de financiamentos internacionais está diretamente ligada à manutenção da paz, em todos os níveis. “Reações psicológicas exageradas podem provocar resultados inesperados”, afirmou, acrescentando que espera poder trabalhar com o próximo governo brasileiro em condições tão satisfatórias quanto as que cercam o relacionamento com o atual.

Já a posição dos bancos europeus é intermediária. O gerente financeiro de uma grande instituição francesa, que preferiu não se identificar, observou que a concentração de créditos é muito maior por parte dos bancos americanos do que europeus e, embora todos devam se beneficiar da melhoria da situação que o País apresenta hoje, em comparação com a de dois ou três anos atrás, serão os americanos que comandarão o processo de negociação e definirão suas regras. “Minha grande dúvida hoje — observou o informante — diz respeito ao estouro da base monetária em relação às metas fixadas inicialmente com o FMI. Todos afirmam que a superação dos limites será perdoada porque o Brasil apresentará como justificativa o aumento da inflação. Eu acho que o FMI pensa exatamente o contrário e argumentará que a inflação foi de 200 por cento porque as metas da base monetária não foram cumpridas”.

“A Argentina, afirmou ele, foi um caso sui generis. Embora esteja procurando algum tipo de acordo com o FMI, comportou-se de forma a jogá-lo contra os bancos. E o FMI é uma entidade conservadora, cuja filosofia é monetarista pura. Portanto, não deixará essa atitude em branco. Quanto ao Brasil, não ao deverá conhecer modificações significativas no processo de negociação neste governo. Os próprios bancos americanos vão diminuir spreads e taxas de comissão, mas ser-ão apenas medidas paliativas que acompanharão a assinatura de um novo Jumbo, cujo valor será bem menor do que o anterior. O principal complicador dessa estrutura será o crescimento das taxas de juros

internacionais, embora elas não tenham influências decisivas a curto prazo e o abacaxi vai estourar nas mãos do próximo governo”.

A fonte acenou também com a possibilidade de uma renegociação de prazos maiores de pagamento mas entende que este governo não tomará qualquer iniciativa nesse sentido. Mesmo nos EUA, lembrou, os cidadãos americanos resistem à idéia de que seus impostos possam subsidiar bancos que fizeram maus créditos. Os governos podem agir nos bastidores mas não publicamente. Disse ainda que não se interessam por qualquer tipo de caos financeiro. Teoricamente, reconheceu, o Brasil poderia chegar aos credores e dizer: “Não vou pagar”. Sua condição de devedor soberano é muito forte. Mas para isso precisaria de um cacife realmente grande. Pode ser até que não houvessem represálias. Os próprios bancos procurariam criar uma situação que resolvesse o problema, já que seriam os maiores prejudicados. “Trata-se de um jogo semelhante ao do pôquer, onde cada lado arrisca na medida de suas possibilidades”, afirmou.

Em termos de sucessão presidencial, o ano de 84 não é politicamente favorável para se promover nenhum impacto, acrescentou. Os itens populistas da plataforma do próximo presidente da república serão os da renegociação da dívida e do combate à inflação. Se o deputado Paulo Maluf fosse o presidente, diz a fonte, ele não romperia com o FMI mas tentaria negociar de outra forma — de governo a governo. Se fosse Tancredo Neves, existe a possibilidade do País não pagar mais ninguém. Se for um militar, a situação não se modificará em nada. De qualquer modo, o processo está complicado e é difícil fazer-se uma avaliação de quem vai ganhar. Caso a decisão fosse tomada hoje, declarou o especialista, Maluf ganharia. Mas se Tancredo Neves vier a se compor com o vice Aureliano Chaves, seu poder de votos será muito grande. “E não tenho dúvida de que a comunidade europeia acompanha a questão passo a passo”, afirmou.